

22/09/2015

SEGUNDA TURMA

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 752.145 MINAS GERAIS**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. DIAS TOFFOLI</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: WARLEY JOSÉ VIDAL COELHO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: HUMBERTO MARCIAL FONSECA E OUTRO(A/S)</b>
<b>AGDO.(A/S)</b>	<b>: MUNICÍPIO DE IPATINGA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: TIAGO SOUZA DE RESENDE</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: FLÁVIO LEITE RIBEIRO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: SÉRGIO SOUZA DE RESENDE</b>

### **EMENTA**

**Agravo regimental no recurso extraordinário. Repercussão geral. Preliminar formal fundamentada. Ausência. Inadmissibilidade. Precedentes.**

1. Os recursos extraordinários interpostos contra acórdãos publicados a partir de 3/5/07 devem demonstrar, em preliminar formal devidamente fundamentada, a existência da repercussão geral das questões constitucionais discutidas no apelo extremo (AI nº 664.567/RS-QO).

2. A repercussão geral deve ser demonstrada em tópico destacado da petição do recurso extraordinário, não havendo falar em repercussão geral implícita ou presumida.

3. Agravo regimental não provido.

### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 22 de setembro de 2015.

**RE 752145 AGR / MG**

**MINISTRO DIAS TOFFOLI**

**Relator**

22/09/2015

SEGUNDA TURMA

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 752.145 MINAS GERAIS**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. DIAS TOFFOLI</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: WARLEY JOSÉ VIDAL COELHO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: HUMBERTO MARCIAL FONSECA E OUTRO(A/S)</b>
<b>AGDO.(A/S)</b>	<b>: MUNICÍPIO DE IPATINGA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: TIAGO SOUZA DE RESENDE</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: FLÁVIO LEITE RIBEIRO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: SÉRGIO SOUZA DE RESENDE</b>

## **RELATÓRIO**

### **O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):**

Warley José Vidal Coelho interpõe tempestivo agravo regimental contra decisão em que neguei seguimento a recurso extraordinário, com a seguinte fundamentação:

“Vistos.

Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão da Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Decido.

A Emenda Constitucional nº 45, de 30/12/04, que acrescentou o § 3º ao artigo 102 da Constituição Federal, criou a exigência da demonstração da existência de repercussão geral das questões constitucionais trazidas no recurso extraordinário. A matéria foi regulamentada pela Lei nº 11.418/06, que introduziu os artigos 543-A e 543-B ao Código de Processo Civil, e o Supremo Tribunal Federal, através da Emenda Regimental nº 21/07, dispôs sobre as normas regimentais necessárias à sua execução. Prevê o artigo 323 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, na redação da Emenda Regimental nº 21/07, que, quando não for o caso de inadmissibilidade do recurso extraordinário por outra razão, haverá o procedimento para avaliar a existência de repercussão

**RE 752145 AGR / MG**

geral na matéria objeto do recurso.

Esta Corte, com fundamento na mencionada legislação, quando do julgamento da Questão de Ordem no Agravo de Instrumento nº 664.567/RS, Tribunal Pleno, Relator o Ministro **Sepúlveda Pertence**, firmou o entendimento de que os recursos extraordinários interpostos contra acórdãos publicados a partir de 3 de maio de 2007, data da publicação da Emenda Regimental nº 21/07, deverão demonstrar, em preliminar do recurso, a existência da repercussão geral das questões constitucionais discutidas no apelo.

No caso em tela, o recurso extraordinário foi interposto contra acórdão publicado após 3/5/07, quando já era plenamente exigível a preliminar recursal para demonstrar a repercussão geral da matéria constitucional objeto do apelo. A petição recursal, todavia, não possui a referida preliminar formal e devidamente fundamentada, o que implica a impossibilidade do trânsito do apelo extremo. Sobre o tema, anote-se:

‘AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO  
EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL DA  
MATÉRIA CONSTITUCIONAL SUSCITADA.  
PRELIMINAR FORMAL E FUNDAMENTADA.  
NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO. ART. 543-A, § 2º,  
DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

1. Inobservância ao que disposto no artigo 543-A, § 2º, do Código de Processo Civil, que exige a apresentação de preliminar sobre a repercussão geral na petição de recurso extraordinário, significando a demonstração da existência de questões constitucionais relevantes sob o ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos das partes.

2. A ausência dessa preliminar na petição de interposição permite que a Presidência do Supremo Tribunal Federal negue, liminarmente, o processamento do recurso extraordinário, bem como do agravo de

**RE 752145 AGR / MG**

instrumento interposto contra a decisão que o inadmitiu na origem (13, V, c, e 327, caput e § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

3. Cuida-se de novo requisito de admissibilidade que se traduz em verdadeiro ônus conferido ao recorrente pelo legislador, instituído com o objetivo de tornar mais célere a prestação jurisdicional almejada.

4. O simples fato de haver outros recursos extraordinários sobrestados, aguardando a conclusão do julgamento de ação direta de inconstitucionalidade, não exime o recorrente de demonstrar o cabimento do recurso interposto.

5. Agravo regimental desprovido' (RE nº 569.476/SC-AgR, Tribunal Pleno, Relatora a Ministra **Ellen Gracie**, DJe de 25/4/08).

Ante o exposto, nos termos do artigo 557, **caput**, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso extraordinário" (fls. 202/205).

Alega a parte agravante que está presente a demonstração formal e fundamentada da repercussão geral, tendo em vista a nulidade do contrato de trabalho, o qual teve sua duração superior ao prazo de dois anos previsto na legislação municipal.

É o relatório.

22/09/2015

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 752.145 MINAS GERAIS

**VOTO**

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):**

A irresignação não merece prosperar.

Conforme expresso na decisão agravada, esta Corte, no julgamento da Questão de Ordem no AI nº 664.567/RS, Pleno, Relator o Ministro **Sepúlveda Pertence**, DJ de 6/9/07, firmou o entendimento de que os recursos extraordinários interpostos contra acórdãos publicados a partir de 3/5/07 devem demonstrar, em preliminar formal devidamente fundamentada, a existência da repercussão geral das questões constitucionais discutidas no apelo extremo.

O ora agravante, todavia, no recurso extraordinário interposto contra o acórdão publicado em 16/4/10 (fl. 130), não apresentou a referida preliminar, descumprindo as exigências previstas nos arts. 102, § 3º, da Constituição Federal, acrescentado pela EC nº 45/04, e 543-A, § 2º, do Código de Processo Civil, introduzido pela Lei nº 11.418/06, o que impõe, destarte, a negativa de seguimento ao recurso extraordinário. Sobre o tema, anote-se:

“AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. AUSÊNCIA DE preliminar FUNDAMENTADA DE REPERCUSSÃO geral DA MATÉRIA CONSTITUCIONAL. EXIGÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO. LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. CONTROVÉRSIA DECIDIDA COM BASE NO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 279/STF. A parte recorrente não apresentou mínima fundamentação quanto à repercussão geral das questões constitucionais discutidas, limitando-se a fazer observações genéricas sobre o tema. A peça de recurso, portanto, não atende ao disposto no art. 543-A, § 2º, do CPC. Precedente. A

**RE 752145 AGR / MG**

jurisprudência do Supremo Tribunal Federal afasta o cabimento de recurso extraordinário para o questionamento de alegadas violações à legislação infraconstitucional sem que se discuta o seu sentido à luz da Constituição. O recorrente limita-se a postular uma nova apreciação dos fatos e do material probatório constante dos autos. Nessas condições, a hipótese atrai a incidência da Súmula 279/STF. Precedente. Agravo regimental a que se nega provimento” (ARE nº 719.142/DF-AgR, Primeira Turma, Relator o Ministro **Roberto Barroso**, DJe de 11/12/14).

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA PRELIMINAR DE REPERCUSSÃO GERAL DAS QUESTÕES CONSTITUCIONAIS SUSCITADAS. AGRAVO IMPROVIDO. I - Não ficou demonstrada nas razões do recurso extraordinário, em preliminar formal e fundamentada, a existência de repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso. II - Nos termos do art. 327, § 1º, do RISTF, com a redação dada pela Emenda Regimental 21/2007, os recursos que não apresentem preliminar formal e fundamentada de repercussão geral serão recusados. III - Agravo regimental improvido” (RE nº 603.775/RJ-AgR, Segunda Turma, Relator o Ministro **Ricardo Lewandowski**, DJe de 11/3/13).

“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. INEXISTÊNCIA DA PRELIMINAR FORMAL NA PETIÇÃO RECURSAL. A demonstração da existência de repercussão geral passou a ser exigida, nos termos da jurisprudência desta Corte, nos recursos extraordinários interpostos de acórdãos publicados a partir de 3 de maio de 2007, data da entrada em vigor da Emenda Regimental 21/07 ao RISTF. Ausência, na petição do recurso extraordinário, dessa preliminar formal. Agravo regimental a que se nega

**RE 752145 AgR / MG**

provimento” (AI nº 734.673/PR, Segunda Turma, Relator o Ministro **Joaquim Barbosa**, DJe de 24/4/09).

“AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRELIMINAR FORMAL E FUNDAMENTADA DE REPERCUSSÃO GERAL DA MATÉRIA CONSTITUCIONAL SUSCITADA NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO. 1. A parte recorrente não se desincumbiu do dever processual de apresentar preliminar, formal e fundamentada, de repercussão geral das questões constitucionais versadas no apelo extremo. Descumpriu, portanto, a exigência de que trata o § 3º do art. 102 da Constituição Federal, incluído pela EC 45/04 e regulamentado pelo § 2º do art. 543-A do Código de Processo Civil, na redação da Lei nº 11.418/06. 2. Agravo regimental desprovido” (AI nº 720.844/MG-AgR, Primeira Turma, Relator o Ministro **Ayres Britto**, DJe de 14/8/09).

Com efeito, deveria o recorrente ter apontado e demonstrado, nas razões do apelo extremo, a importância da matéria sob os aspectos econômico, político, social ou jurídico, os quais devem ultrapassar os interesses subjetivos da causa, o que não ocorreu no caso.

Ressalte-se que esta Corte já se posicionou no sentido de que a repercussão geral deve ser demonstrada em tópico destacado da petição do recurso extraordinário, não havendo falar em repercussão geral implícita ou presumida. Nesse sentido, os seguintes julgados:

“Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Recurso extraordinário. Repercussão Geral. Preliminar formal fundamentada. Ausência. Impossibilidade. Precedentes. 1. Os recursos extraordinários interpostos contra acórdãos publicados a partir de 3/5/07 devem demonstrar, em preliminar formal devidamente fundamentada, a existência da repercussão geral das questões constitucionais discutidas no apelo extremo (AI nº 664.567/RS-QO). 2. A repercussão geral deverá ser demonstrada



**RE 752145 AGR / MG**

em tópico destacado da petição do recurso extraordinário, não havendo falar em repercussão geral implícita ou presumida. 3. Inadmissível, em recurso extraordinário, o reexame dos fatos e das provas da causa. Incidência da Súmula nº 279/STF. 4. Agravo regimental não provido” (ARE nº 662.376/SE-AgR, Primeira Turma, de minha relatoria, DJe de 27/6/13).

“Agravo regimental em agravo de instrumento. 2. Apresentação expressa de preliminar formal e fundamentada sobre repercussão geral no recurso extraordinário. Necessidade. Art. 543-A, § 2º, do CPC. 3. Preliminar formal. Hipótese de presunção de existência da repercussão geral prevista no art. 323, § 1º, do RISTF. Necessidade. Precedente. 4. Ausência da preliminar formal. Negativa liminar pela Presidência no recurso extraordinário e no agravo de instrumento. Possibilidade. Art. 13, V, c, e 327, caput e § 1º, do RISTF. 5. Agravo regimental a que se nega provimento” (AI nº 744.686/SP-AgR, Tribunal Pleno, Relator o Ministro **Gilmar Mendes**, DJe de 26/6/09).

Nego provimento ao agravo regimental.



**SEGUNDA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 752.145**

PROCED. : MINAS GERAIS

**RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI**

AGTE.(S) : WARLEY JOSÉ VIDAL COELHO

ADV.(A/S) : HUMBERTO MARCIAL FONSECA E OUTRO(A/S)

AGDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE IPATINGA

ADV.(A/S) : TIAGO SOUZA DE RESENDE

ADV.(A/S) : FLÁVIO LEITE RIBEIRO

ADV.(A/S) : SÉRGIO SOUZA DE RESENDE

**Decisão:** A Turma, por votação unânime, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello. Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. **2ª Turma**, 22.09.2015.

Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. Presentes à sessão os Senhores Ministros Gilmar Mendes, Cármen Lúcia e Teori Zavascki. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo Gustavo Gonet Branco.

Ravena Siqueira  
Secretária